População e Família – São Paulo – vol. 1, nº 1, p. 211-234, jan./jun. 1998.

FAMÍLIAS E ESCRAVARIAS: DEMOGRAFIA E FAMÍLIA ESCRAVA NO NORTE DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Tarcísio Rodrigues Botelho[1]

Introdução

Os estudos sobre a economia e a população mineiras no século XIX têm destacado o fato de esta província deter o maior contingente escravo do Brasil apoiando-se sobretudo na produção para autoconsumo e para a venda em mercados locais ou de regiões próximas.[2] Para explicar a manutenção e expansão deste plantel escravista, muitos autores enfatizam a importância do tráfico.[3] Outros, porém, defendem a existência de processos de reprodução natural positiva dentro deste segmento da população que garantiram a sua manutenção e mesmo ampliação.[4]

Nosso propósito é estudar a possibilidade de ocorrência da reprodução natural positiva da população cativa em uma região específica da Minas provincial. Estudando o distrito da cidade de Montes

---

1 Professor Assistente da Universidade Federal de Goiás, UFG. Este trabalho resume alguns itens de nossa dissertação de mestrado, de mesmo título, defendida junto ao Departamento de História da USP em agosto de 1994, sob orientação da Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara. Gostaríamos de agradecer a contribuição da nossa orientadora e dos Profs. Dr. Douglas Cole Libby e Clotilde Andrade Paiva, ambos da UFMG, para a realização deste trabalho.

2 Ver Martins, Roberto B. "A economia escravista de Minas Gerais no século XIX", *Texto para Discussão n. 10*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1982; e Slenes, Robert, "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX", *Cadernos do IFCH-UNICAMP n. 17*, Campinas: jun. 1985.

3 Ver Martins, Roberto B., "A economia escravista de Minas Gerais no século XIX", op. cit., e "Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez", *Texto para Discussão n. 70*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994; e ainda Slenes, Robert, "Os múltiplos de porcos e diamantes...", op. cit.

4 A este respeito, ver Luna, Francisco Vidal, Cano, Wilson, "Economia escravista em Minas Gerais", *Cadernos do IFCH-UNICAMP n. 10*, Campinas, out. 1983; Paiva, Clotilde A., Libby, Douglas, Grimaldi, Márcia, "Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto", *IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais*...Diamantina, 1988, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1988, p. 11-32; Paiva, C.A., Libby, D., "A middle path: slavery and natural increase in Nineteenth-century Minas Gerais", *Latin American Population History Bulletin*, Minneapolis (MN), 23:2-15, spring 1993.

Claros, queremos mostrar como em uma área de economia pouco dinâmica mas guardando características muito semelhantes ao quadro traçado para a província como um todo, pôde-se manter a instituição escrava graças ao crescimento vegetativo da população cativa. Assim, assistiu-se à adoção pelos senhores escravistas de estratégias de manutenção e crescimento dos plantéis com base em nascimentos próprios. Como consequência, houve uma disseminação da família escrava, o que favoreceu a própria continuidade da reprodução natural.

A Economia Norte-mineira no Século XIX

O povoamento do Norte de Minas remonta ao século XVII, com o avanço das fazendas de gado nordestinas pelo rio São Francisco. Este processo foi reforçado pelo *rush* minerador do século XVIII. Ao findar-se a centúria, porém, a região, como toda a capitania das Minas Gerais, passou por um processo de adaptação à nova realidade posta pelo esgotamento do ouro.

Estabeleceu-se, assim, uma economia voltada para mercados vicinais, seja da própria Minas Gerais, seja da Bahia ou Goiás. Ao longo do Novecentos, houve um reforço das ligações com as regiões centrais e meridionais de Minas, consequência da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e mesmo da expansão do café no Vale do Paraíba do Sul. Esta mudança de eixo da economia regional levou a modificações na distribuição espacial de sua população, que se afastou das margens do rio São Francisco e cresceu nas áreas mais interioranas. Neste momento, algumas povoações conheceram uma rápida ascensão, sendo este o caso do distrito de Montes Claros.

Fundada nos primórdios do século XVIII, esta localidade ocupou um lugar modesto na região até a terceira década do século XIX. A partir daí, sua posição estratégica na nova face da economia local, no caminho para Diamantina e Serro, garantiu a expansão e afirmação. Ao longo da segunda metade do século, tornou-se um centro administrativo importante (sede municipal e de comarca) e o maior centro comercial e urbano de toda a região, papel que desempenha até a atualidade.

Dentro da região, e em especial em Montes Claros, construiu-se uma economia baseada na pecuária, com a exportação de equinos e bovinos e seus derivados (couros, solas, queijos). Além disso, é

importante enfatizar o algodão (especialmente os tecidos e as mantas) e derivados da cana-de-açúcar (açúcar, aguardente e rapadura). Muitos testemunhos de época fazem referência, ainda, à produção de salitre, que, entretanto, não perdurou por muito tempo.[2]

A Demografia Norte-mineira no Século XIX

Tendo em vista este quadro econômico, vejamos como se comportou a população de Montes Claros ao longo do século XIX. Compararemos, primeiramente, com a sua própria região. Assim, vamos observar a evolução de três distritos do próprio município de Montes Claros (Contendas, Bonfim e Coração de Jesus) e dois outros distritos-sede de vilas, a saber, Januária e São Romão, pertencentes à mesma comarca do Rio de São Francisco e localizadas às margens deste rio.[3]

Em primeiro lugar, havia uma população escrava pequena. Ela representava, em geral, menos de um quinto da população total, chegando em alguns casos a menos de 5% (Contendas em 1872). A exceção era Januária em 1838, com um terço de sua população constituída por cativos (Tabela 1).[4]

2 Sobre o povoamento e a economia da regi"ao, ver Mata-Machado, Bernardo, *História do sertão noroeste de Minas Gerais*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991; e Botelho, Tarcísio R., *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*, São Paulo, 1994, Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, p. 36-65.

3 Nesta comparação, trabalhamos dois instantes que guardam um espaço de mais de três décadas entre si (1838 e 1872). Sabemos dos problemas resultantes deste grande espaço de tempo, especialmente porque, com o fim do tráfico internacional de escravos em 1850, modificou-se uma das condicionantes fundamentais da demografia escrava. Tal procedimento se deve à absoluta ausência de dados confiáveis para períodos intermediários.

4 Para a confecção da Tabela, nos utilizamos de Listas Nominativas de Habitantes da década de 1830, conservadas no Arquivo Público Mineiro e que vêm sendo copiadas e digitadas pelo CEDEPLAR/FACE/UFMG. Para Coração de Jesus e Januária, as Listas Nominativas são de 1838. Para Bonfim, Contendas e São Romão, são de 1839. Para Montes Claros, por sua vez, a única Lista Nominativa disponível é de 1832. Os dados de 1839 foram considerados como sendo de 1838, dada a proximidade de datas e o fato de terem sido requeridas neste ano, devendo adotá-lo como referência). Para Montes Claros, fizemos uma interpolação entre o total da Lista Nominativa de 1832 e o total do Recenseamento Geral do Império, que em Minas Gerais ocorreu em 1873, e encontramos um valor aproximado para 1838. Para a década de 1870, nos utilizamos dos dados do Recenseamento Geral do Império. Acreditamos que a paróquia em 1872 coincide, grosso modo, com o distrito em 1838; muitos dos distritos que então pertenciam a paróquias aparecem como freguesias em 1872.

Tabela 1: População de Distritos Selecionados, 1838-1872

Distrito	1838 Livres (%)	Escravos	N	1872 Livres (%)	Escravos	N	Crescimento Anual (%) Livres	Escravos	Total
Montes Claros	90,6	9,4	5.519	88,6	11,4	10.005	1,43	1,98	1,49
Contendas	90,1	9,9	4.344	96,1	3,9	13.837	3,60	0,69	3,41
Coração de Jesus	85,0	15,0	3.255	85,2	14,8	6.949	2,24	2,19	2,23
Bonfim	79,8	20,2	3.416	87,3	12,7	5.603	1,72	0,10	1,46
São Romão	82,8	17,2	1.143	92,5	7,5	2.888	3,05	0,27	2,73
Januária (Brejo)	67,4	32,6	1.971	92,2	7,8	8.540	5,23	0,10	4,31

Fonte: BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População: Pasta 13, Doc.03; Pasta 08; SP,PP 1/10: Cx. 24, Doc. 12;Cx. 45, Doc. 03; Cx. 15, Doc. 03; Recenseamento Geral do Império, 1872.

Da década de 1830 para a de 1870, observamos uma queda generalizada do peso dos cativos,o que não ocorreu apenas em Montes Claros e Coração de Jesus. As taxas de crescimento anual ao longo do período mostraram os outros distritos com valores inferiores a 1% ao ano, enquanto Coração de Jesus cresceu a 2,19% e Montes Claros a 1,98% ao ano. Para a população livre, ao contrário, estes valores foram, em geral, superiores a 2%. Curiosamente, a menor taxa foi apresentada por Montes Claros, com 1,43%, inferior mesmo à dos escravos. Os distritos-sede dos municípios de São Romão e Januária, por sua vez, tiveram as mais elevadas taxas de crescimento da população livre e as menores taxas de crescimento da população escrava.

Fica evidente a incapacidade dos outros distritos em manter seus plantéis de cativos. Este comportamento peculiar do distrito de Montes Claros, na região em geral e dentro do município em particular, reforça a necessidade do seu estudo em separado. Para o distrito de Montes Claros, a distribuição da população por sexo, idade e condição social mostra que, de 1832 para 1872 houve uma perda de importância relativa das crianças e dos velhos, tanto escravos quanto livres, com a concentração nas idades de 31 a 60 anos.[5] Além disso, observou-se uma queda na Razão de Masculinidade entre os cativos, enquanto ela aumentou entre os livres (Tabelas 2 e 3).

5 A distribuição etária de 1832 foi adaptada à de 1872, para permitir comparações. O uso de grupos etários maiores deve-se aos pequenos valores absolutos.

Tabela 2 : População do Distrito de Montes Claros, Segundo Sexo, Idade e Condição Social, 1832

Idade	Livres Homens (1) N	%	Mulheres (2) N	%	RM (1)/(2)	Escravos Homens (3) N	%	Mulheres (4) N	%	RM (3)/(4)	Total
0-15	658	23,14	635	22,32	1,04	98	19,64	68	13,63	1,44	1459
16-30	380	13,36	431	15,15	0,88	118	23,65	87	17,43	1,36	1016
31-60	327	11,50	323	10,79	1,01	72	14,43	43	8,62	1,67	765
61 +	51	1,79	39	1,37	1,31	8	1,60	5	1,00	1,60	103
Total	1416	49,79	1428	50,21	0,99	296	59,32	203	40,68	1,49	3343
	42,36		42,72			8,85		6,07			100,0

Fonte: BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06.

Tabela 3 : População do Distrito de Montes Claros, Segundo Sexo, Idade e Condição Social, 1872

Idade	Livres Homens (1) N	%	Mulheres (2) N	%	RM (1)/(2)	Escravos Homens (3) N	%	Mulheres (4) N	%	RM (3)/(4)	Total
0-15	776	8,75	688	7,75	1,13	111	9,71	128	11,20	0,87	1703
16-30	1262	14,22	1233	13,91	1,02	225	19,69	246	21,53	0,91	2966
31-60	2382	26,88	2166	24,44	1,10	276	24,14	127	11,11	2,17	2951
61 +	203	2,28	152	1,72	1,36	15	1,31	15	1,31	1,00	385
Total	4623	52,2	4239	47,8	1,09	627	54,9	516	45,1	1,22	10005
	46,21		42,37		6,27		5,16		100,0		

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

A população escrava apresentou diferenças em relação aos livres. A concentração na idade adulta ocorreu de maneira menos intensa, além de as razões de masculinidade tenderem a cair, atingindo, em alguma faixas etárias, patamares inferiores às dos livres. As idades medianas, entre os dois momentos, aumentaram entre os livres, o que pode ser reflexo de migrações intra-regionais. Para a população cativa, todavia, elas caíram, tornando-se inferiores às dos livres (Tabela 4).[6]

6 Estas idades medianas elevadas, numa sociedade de caráter tradicional, na verdade devem estar refletindo a sub-enumeração de crianças.

Tabela 4: Idade Mediana da População do Distrito de Montes Claros.

Ano	Livres		Escravos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1832	17,62	18,39	22,82	21,35	18,71
1872	28,59	27,79	25,52	21,02	26,78

Fonte: Ver Tabelas 2 e 3.

Para completarmos este quadro, vamos analisar a origem do escravo. Dividindo-se a população cativa entre nacionais e africanos, podemos aquilatar o peso de um segmento claramente migrante no total de escravos.[7] Deste modo, podemos ver em que medida estamos lidando com uma população que sofre os efeitos do tráfico. Em Montes Claros, os africanos representavam, em 1832, apenas 21% do total de cativos, reduzindo-se, em 1873 este valor estava reduzido a 14%.[8] Para 1832, quando eliminamos os africanos, emerge uma população bastante equilibrada quanto à distribuição etária e de sexo, próxima mesmo à população livre. Portanto, já na década de 1830, havia uma forte presença de mulheres e crianças, suavizando os efeitos comuns advindos da seletividade do tráfico. (Tabela 5)

Tabela 5 : População Escrava do Distrito de Montes Claros, Segundo Sexo, Idade e Origem ("raça"), 1832

Idade	Nacionais						Africanos					Total
	Homens		(1)	Mulheres	(2)	RM	Homens	(3)	Mulheres	(4)	RM	
	N	%		N	%	(1)/(2)	N	%	N	%	(3)/(4)	
0-14	79	20,51	64	16.62	1,23	9	8,73	1	0,97	9,00		153
15-29	73	18,95	79	17,91	0,92	31	10,10	8	7,77	3,88		181
30-44	25	6,50	35	9,10	0,71	28	27,19	3	2,91	9,33		91
45-59	16	4,16	12	3,12	1,33	13	12,62	2	1,94	6,50		43
60 +	6	2.56	6	1,57	1,00	8	7,76	0	0,00	-		20
Total	199	51,69	186	48,31	1,07	89	86,41	14	13,59	6,36		488
		40,78		38,11			18,24		2,87			100,0

Fonte: BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06.

Obs.: Excluídos 11 casos (8 do sexo masculino e 3 do sexo feminino) de não informação da origem.

7 Esta divisão é possível de ser feita com os dados de 1832 por lidarmos com informações individualizadas. Foram tomados como nacionais aqueles escravos declarados como crioulos e todos os mestiços. Foram considerados africanos aqueles declarados como tal ou como negros. Este procedimento foi adotado em Paiva, C.A., Libby, D., Grimaldi, M., "Crescimento natural dos escravos:uma questão em aberto", op. cit., p.18, onde também se discute sua validade.

8 Para 1872, não é possível a desagregação entre nacionais e africanos segundo seu sexo e idade.

Resumindo, podemos dizer que o distrito de Montes Claros apresentou um crescimento populacional entre 1832 e 1873 que, mesmo não sendo dos mais elevados a nível regional, exibiu peculiaridades dignas de nota. A população livre cresceu pouco, principalmente entre os adultos (16-30 anos). A população escrava, porém, foi das que mais se expandiu dentro da região, tendendo a apresentar um maior equilíbrio entre sexos e com uma queda da idade mediana. Por outro lado, desde 1832 já contava com um forte contingente de origem nacional de perfil claramente marcado pela reprodução natural positiva.

O recuo da participação dos cativos no total de habitantes do distrito de Montes Claros apenas acompanhou o processo observável na província de Minas Gerais como um todo. Entre 1832 e 1872, os cativos diminuíram sua participação na população total do distrito em 30,4%. Para a província, todavia, este mesmo recuo foi da ordem de 83,8% (Tabela 6).[9]

Tabela 6 : Participação dos Escravos na População Total, Distrito de Montes Claros e Província de Minas Gerais.

Ano	Montes Claros			Província		
	Escravos	Total	%	Escravos	Total	%
1833-35	499	3.350	14,9	208.723	625.138	33,4
1872	1.143	10.005	11,4	370.459	2.039.735	18,2
Variação		-30,4			-83,8	

Fonte: BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 03, Doc. 08; MARTINS, 1990, p. 13-29; Recenseamento Geral do Império, 1872.

O percentual representado por Montes Claros no total de cativos da província, apesar de pequeno, expande-se ao longo do século, passando de 0,24% em 1832/35 para 0,4% em 1876 (Tabela 7).[10]

9 Na confecção desta Tabela, tomamos a população da província determinada a partir dos Mapas de População de 1833-35, totalizados em Martins, Maria do Carmo S., "Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35", *IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais...*, Diamantina, 1990, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990, p. 29. Esta totalização refere-se a cerca de 80% dos distritos da província. Os dados de Montes Claros referem-se a 1832. Como a população de Montes Claros não se encontra presente no total inicial da província, acrescentamo-la a fim de manter a coerência dos dados, mesmo referindo-se a 1832.

10 Para esta Tabela, tomamos: os dados da Lista Nominativa de Montes Claros em comparação com o total provincial de 1833-35 (Tabela 6); o resultado do Recenseamento Geral do

Tabela 7 : Participação da População Escrava do Distrito de Montes Claros na População Escrava Total da Província de Minas Gerais.

Ano	Montes Claros N	%	Província Total
1833-35	499	0,24	208.723
1872	1.143	0,31	370.459
1876	1.280	0,41	313.978

Fonte: BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 03, Doc. 08; MARTINS, 1990, p. 13 29; Recenseamento Geral do Imperio, 1872; "Quadro...", **Revista do Arquivo Público Mineiro**, XXX:279-303, 1979.

Montes Claros, portanto, conseguiu preservar e mesmo expandir seu plantel cativo ao longo do século XIX. Isto é ainda mais relevante se nos lembrarmos de que, após 1850, conviveu-se com uma realidade que associava o fim do tráfico africano à expansão da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba do Sul, Zona da Mata Mineira e São Paulo. Portanto, uma região de economia subordinada e pouco dinâmica estava conseguindo manter a instituição escravista em um contexto bastante adverso.

Podemos evidenciar melhor este contexto adverso quando analisamos o preço dos escravos. Na Tabela 8, apresentamos os dois maiores preços encontrados para escravos, a partir de 1850, nos inventários do distrito de Montes Claros e comparamos com os mesmos dados disponíveis para Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira.[11] Vemos que em Montes Claros o preço dos cativos era bastante inferior àqueles correntes na região cafeeira de Minas Gerais, portanto, uma situação propícia à ocorrência de tráfico intra-provincial.

Império para a província, já corrigido, publicado por Paiva, C.A., Carvalho, J.M.,Leite, V. da M., "Demografia", In: IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil*, Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p.32; e os dados oriundos da matrícula geral de escravos feita por determinação da Lei do Ventre Livre. Após a matrícula, que se deu entre 1872 e 1873, o governo provincial passou a controlar o volume da população escrava. Assim, o dado para a paróquia de Montes Claros está publicado em "Quadro da divisão do fundo destinado à emancipação dos escravos existentes nesta Província ...", *Revista do Arquivo Público Mineiro*, XXX:279-303, 1979. Este é o último dado disponível, desagregado ao nível de distrito.

11 Para Juiz de Fora, ver Andrade, Rômulo, "Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (século XIX)", *V Seminário sobre a Economia Mineira, Anais...*, Diamantina, 1990, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990, p. 82.

Tabela 8 : Preço de Escravos, Montes Claros e Juiz de Fora, Século XIX (em Mil- Réis)

Ano	Montes Claros Idade	Valor	Preço Médio	Variação (%)	Juiz de Fora Idade	Valor	Preço Médio	Variação (%)
1850-54	36	600			48	1400		
	27	500	500	-	24	1300	1350	-
1855-59	38	1400			20	2300		
	26	1600	1500	173	20	2200	2250	60
1860-64	20	1200			26	1600		
	10	1000	1100	-27	22	1500	1550	-31
1865-69	35	1000			35	1800		
	25	1050	1025	-7	40	1700	1750	13
1870-74	19	1200			38	2100		
	34	1000	1100	7	40	2000	2050	17
1875-79	20	1600			35	2500		
	26	1500	1550	41	25	2300	2400	17
1880-84	29	1200		23		2000		
	15	1000	1100	-29	12	1900	1950	-19
1885-88	25	900			30	1200		
	22	850	875	-20	32	1100	1150	-41
1888	24	350			28	882		
	32	150	250	-71	30	784	833	-28

Fonte: BRASIL, Cartório do 1º Ofício Judicial de Montes Claros, Inventários; ANDRADRE, Rômulo, "Notas prévios sobre a escravidão na Zona da Mota de Minas Gerais (século XIX)", op. cit.

De fato, são comuns os relatos que dão conta da atuação de comerciantes de escravos no Norte de Minas com vistas ao abastecimento da Zona da Mata. Em um libelo cível de 1876, José Lourenço de Araújo tentava desfazer um negócio com José Soares da Cruz, acusando-o de ter trocado uma cativa jovem por outra de qualidade inferior. José Soares a adquirira a fim de completar um comboio do negociante de escravos Francisco Alves Filgueira Campos, com destino "as Matas".[12]

No mesmo ano, o escravo Mateus entrou com uma Ação de Liberdade junto ao Juízo Municipal de Montes Claros alegando que, estando casado, com o consentimento de seu senhor, com Desideria, mulher livre, com quem tinha um filho e já estava grávida do se-

12 BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, Libelo Cível de José Lourenço de Araújo contra José Soares da Cruz, 29/11/1873.

gundo, o senhor queria vendê-lo a um traficante de escravos, podendo com isto ser separado para sempre da família. Mais tarde, seu senhor realmente o vendeu "ao Tenente Coronel Francisco Freire da Fonseca que como é sabido compra escravo para os mandar nas Mattas revender".[13]

Ora, partimos de uma população cativa que viu sua idade mediana declinar e decresceu a ritmo menos intenso que o total da província. Quando trabalhamos com o seu segmento de origem nacional, constatamos que houve um equilíbrio entre sexos e um peso maior das crianças. Vemos, também, que estes escravos de origem nacional estavam aumentando seu peso ao longo do século. Ao mesmo tempo, preservou sua participação no total provincial, mesmo contando com um forte mercado absorvedor de cativos no interior da província (a Zona da Mata). Diante de todas estas evidências, podemos admitir que era a ocorrência da reprodução natural positiva nesta população como um todo que permitia a preservação do escravismo na região.

Uma aproximação mais direta a esta realidade pode ser obtida quando calculamos as Taxas Brutas de Natalidade de escravos e livres, em Montes Claros, em três momentos do século XIX (Tabela 9).[14] Estas taxas se mantiveram relativamente elevadas, superiores, por exemplo, ao valor encontrado para São Carlos (SP) em 1877 (10,24 por mil). O índice de 1840-44 chegou mesmo a superar o valor entre os livres. Era, ainda, superior ao encontrado para Córdoba (Argentina) em 1768-71 (47,4 por mil); Bahia, entre 1748 e 1752 (28 por mil); e Minas Gerais em 1815 (33,4 por mil) e 1821 (33,7 por mil).[15]

13 BRASIL, Montes Claros, Cartório do Primeiro Ofício Judicial, "Autos Cíveis de Ação de Liberdade em que é autor Matheus, pardo (...) e Réo o Tenente Coronel Francisco Freire da Fonseca", 28/02/1876.

14 Na confecção desta tabela, o número médio de registros de batismos de crianças de um dado período foi dividido pela população total do ano intermediário, obtida através de interpolações e extrapolações dos dados de 1832 e 1872.

15 Cf. Prado, Bárbara Brandão de Almeida, "População escrava no município de São Carlos (1865-1887)", *Paper* apresentado no *Congresso sobre História da População da América Latina*, Ouro Preto (MG), Belo Horizonte, 1989, p. 5; Celton, Dora E., Vallespinos, Horacio, "Fecundidad de las esclavas en la Cordoba colonial", *Paper* apresentado no *Congresso sobre História da População da América Latina*, Ouro Preto (MG), Belo Horizonte, 1989, Quadro n. 2; Schwartz, Stuart, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 300 (para a Bahia) e p. 301 (para Minas Gerais).

Tabela 9 : Taxas Brutas de Natalidade (TBN) da População Escrava, Montes Claros, Século XIX

Ano	População Escrava	Nascidos Escravos	TBN	População Livre	Nascidos Livres	TBN
1815-19	592	12,8	21,6	3417	121,0	35,4
1840-44	550	32,8	59,6	5892	171,4	29,1
1872-76	1212	33,0	27,2	9060	-	-

Fonte: BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06; Recenseamento Geral do Império, 1872; BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livros de Registros de Batismos, 1815-1823, 1837-1848, 1871-1882.

Da associação entre a economia e as características demográficas expostas acima, fica claro, a nosso ver, que a região conheceu processos de reprodução natural dentre sua população cativa, nos moldes sugeridos para Minas Gerais.[16] Podemos ainda comparar com a realidade descrita para a Jamaica Barry Higman. Aí, os processos de reprodução natural se verificaram sobretudo naqueles plantéis de pequeno porte (menos de 20 escravos) dedicados a mais de um cultivo, especialmente de alimentos, e a criação de gado.[17] Estas evidências vão ao encontro, ainda, dos achados de Horácio Gutierry sobre o Paraná do século XIX, também uma região não-exportadora dedicada à pecuária.[18]

16 Cf. Luna, F.V., Cano, W., " Economia escravista em Minas Gerais", op. cit.; Paiva, C.A., Libby, D., Grimaldi, M., "Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto", op. cit.; Paiva, C.A., Libby, D., "A middle path:slavery and natural increase in Nineteenth-century Minas Gerais", op. cit.

17 Segundo Higman, Barry, *Slave population and economy in Jamaica, 1807-1834*, New York: Cambridge University Press, 1977, p. 127, "holdings of less than 20 slaves were associated with relatively high birth rates"; de modo geral, "in Jamaica immediately before emancipation, (...) natural increases were most likely to occur when the slaves worked in relatively dry places, cultivated the minor staples or raised livestocks, and were predominantely creole. On these factor, the most important was the economic (...)" (id., ib., p. 133). Como vimos, a economia de Montes Claros baseava-se na pecuária e na agricultura diversificada para subsistência; e como veremos adiante, as posses em cativos de Montes Claros eram predominantemente inferiores a 15 escravos.

18 Ver Gutiérrez, Horacio, "Demografia escrava numa economia não-exportadora, Paraná: 1800-1830", *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17 (2): 297-314, mai./ago. 1987; e "Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 8 (16): 161-88, mai./ago. 1988.

Infelizmente, os dados disponíveis não permitem medir esta taxa, já que, além dos problemas com os registros paroquiais de batismos e óbitos, não podemos contar com estatísticas seguras sobre as alforrias e as compras e vendas de cativos.

Reprodução Natural e Estratégia Senhorial

A carência de dados mais sistemáticos especialmente com a distribuição dos cativos por plantéis, impede que se estude melhor o impacto da reprodução natural na população escrava em geral. Tentaremos avançar, neste sentido, através do estudo de alguns poucos plantéis, escolhidos pela maior disponibilidade de informações. Por eles, detectamos algumas estratégias adotadas pelos senhores na recomposição e expansão das suas posses em escravos através da utilização deliberada da reprodução natural.

A nossa base inicial foi a lista nominativa de 1832.[19] A ela associamos os registros de batismos de escravos da Paróquia de São José e Nossa Senhora de Formigas, correspondente ao distrito de Montes Claros. Encontramos apenas três livros com registros de escravos, para os anos de 1815 a 1823, 1837 a 1848 e 1871 a 1882 (este último relativo aos filhos livres de mãe escrava em virtude da Lei do Ventre Livre, as chamadas "crias de ventre livre").[20] Outra fonte por nós utilizada foram os inventários de moradores do distrito de Montes Claros.[21] Cruzamos as informações destes três corpos documentais com base no nome do proprietário do plantel, procurando encontrar os mesmos escravos em momentos distintos. A lista nominativa de 1832 mostrou-se útil para o estudo de posses escravistas até princípios da década de 1860. A partir daí, foi possível cruzar apenas os dados de inventários e batismos. Para certos proprietários não localizamos nem inventários, nem domicílios de 1832, apesar de serem ricos em registros de batismos.

Vejamos estes registros de batismos. Podemos, desde já, perceber alguns traços do que chamamos de estratégia senhorial, relativo à fecundidade das escravas. Alguns plantéis apresentavam um grande número de nascimentos de escravas diversas. Assim,

19 BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06.

20 BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livros de Registros de Batismos, 1815-1823, 1837-1848, 1871-1882.

21 BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros, Inventários.

Alberto Cassimiro de Azevedo Pereira registrou, em 1848, dois nascimentos, filhos de um casal e uma escrava solteira. De 1872 a 1882, este mesmo senhor compareceu com 6 nascimentos, de 6 escravas distintas. Entre 1872 e 1876, o Capitão Antonio Narciso Soares registrou 10 nascimentos, de 7 diferentes cativas. Outro exemplo vem de Mariano José Alves, que, entre 1877 e 1882, apresentou 7 filhos de 6 escravas. Estes casos já sinalizam um impacto significativo dos nascimentos no interior de algumas propriedades escravistas.

Outros plantéis, por sua vez, possuíam poucas cativas com grande número de filhos. Domingos Ramos, por exemplo, registrou, entre 1816 e 1822, 3 filhos da escrava Rita; em 1838, nasceu mais um filho da mesma. Provavelmente, esta mesma escrava teve filhos de 1823 a 1837, que nos escaparam pela ausência de livros de registro de batismo para o período. De 1844 a 1848, Manoel Vicente Martins comunicou a ocorrência de 4 nascimentos de cativos em sua propriedade, sendo 3 filhos de um único casal e 1 filho de um segundo. O Tenente Coronel Gregório José Veloso, por sua vez, compareceu, entre 1871 e 1881, com 12 nascimentos: 9 filhos de 4 casais distintos e 3 de uma única escrava solteira. Seus escravos Miguel e Antonia, ambos com 32 anos em 1872, tiveram 4 filhos entre 1872 e 1881. Esta continuidade nos nascimentos de uma única escrava, ou casal de escravos, já pode ser apontada como uma primeira evidência da importância da família escrava nestas estratégias senhoriais.[22]

O impacto dos nascimentos nos plantéis é reforçado pelo predomínio de pequenas posses escravistas no distrito de Montes Claros. Em 1832, apenas um senhor possuía mais de 20 escravos (37 cativos). Entre 444 inventários coligidos para todo o século XIX, encontramos apenas 18 com mais de 15 cativos, detendo 543 escravos num universo de 1678.[23] Para avaliarmos este impacto sobre a dimensão dos plantéis, relataremos a seguir a trajetória de alguns que pudemos recompor.[24]

22 BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livros de Registros de Batismos, 1815-1823, 1837-1848, 1871-1882.

23 BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06; BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros, Inventários.

24 Dadas as limitações de espaço, selecionamos apenas alguns casos. Em nossa dissertação, acima referida, são encontrados outros exemplos, além de uma maior discussão das estratégias senhoriais e das famílias escravas.

Vejamos, primeiramente, o caso do lavrador José Gomes da Silva. Em 1832, aos 35 anos, ele e a esposa figuraram na lista nominativa apenas com o crioulo Luiz, de 15 anos. Entre 1838 e 1847, sua escrava Claudina deu à luz 5 crianças. Em 1847, quando da morte da esposa, o lavrador, já com 50 anos de idade, descreveu como seus Claudina, com 33 anos, e seus 4 filhos. Além deles, havia 4 crianças, certamente filhas do próprio plantel, e algumas delas provavelmente filhos de Claudina. Havia, ainda, Luiz, de 26 anos, talvez o mesmo de 1832.

Em menos de duas décadas, portanto, passou-se de um plantel unitário, composto de um jovem do sexo masculino, para outro de conformação demográfica absolutamente distinta, com o predomínio absoluto de crianças e o equilíbrio de sexos. Graças à reprodução natural, este senhor pôde contar com um plantel renovado recorrendo muito pouco ao mercado de cativos.[25]

Trajetória semelhante foi observada com Domingos José Gonçalves. Entre 1816 e 1823, sua escrava Maria, crioula, teve quatro filhos. Na lista nominativa de 1832, este negociante, então com 48 anos de idade, junto com sua esposa, D. Antonia, de 36 anos, apareceu com a escrava Maria e dois de seus filhos, Modesta e Sebastião. Não estavam as outras duas filhas de Maria. Além destes havia ainda dois crioulos, Salvador e Miguel. Entre 1838 e 1843, a mesma Modesta, filha de Maria, deu à luz 5 crianças.

O enorme impacto da reprodução natural em seu interior não deixa dúvidas quanto à estratégia de manutenção e aumento do plantel adotado pelos proprietários. Pelo que podemos ver em 1832, provavelmente este senhor comprou apenas três escravos, com os nascimentos do próprio plantel garantindo a sua continuidade. Por outro lado, podemos ver a sucessão de gerações ao longo da vida do plantel na figura da escrava Maria e seus descendentes. Dando à luz Modesta em 1816, esta tem 5 filhos entre 1838 e 1843.[26]

Também para a segunda metade do século XIX, encontramos a reprodução natural conjugada às compras de novos escravos como estratégia de manutenção e expansão do plantel. É importante lembrarmos que, a partir de 1850, cessa o tráfego internacional de cativos. Por outro lado, após 1871, os filhos de escravas seriam considerados livres, constituindo o grupo das "crias de ventre livre".

25 BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06; BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livro de Registro de Batismos, 1837-1848; BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros, Maço 03, Inventário de Ana Joaquina de Jesus, 1847.

26 BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06; BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livros de Registros de Batismos, 1815-1823, 1837-1848.

Assim, em 1865, o senhor Martiniano da Silva Maia, por ocasião da morte de sua primeira mulher, deu a descrever 4 escravos, sendo um jovem, duas jovens (Joana e Marcelina) e uma criança. Entre 1871 e 1881, as duas jovens tiveram 6 filhos, além de 4 nascimentos de duas outras de suas escravas. Quando, em 1882, morreu o próprio Martiniano, foram inventariados 11 cativos e 5 "crias do ventre livre". Joana, Marcelina e seus filhos agregavam 11 destes indivíduos.[27]

Mesmo num contexto em que os nascimentos não representariam aumento do número de cativos, este plantel conheceu um grande número de nascimentos. Eram filhos de escravas que vinham desde a década de 1860 (Joana e Marcelina), além de outras incorporadas posteriormente (Tomásia e Geralda). Estas escravas, por sua vez, continuavam a fazer parte do grupo até o novo inventário, em 1882.

A Lei do Ventre Livre não provocou mudanças nas estratégias senhoriais devido ao seu próprio espírito. Ao subordinar o filho da escrava ao seu senhor até a idade de 21 anos, numa fórmula de transição gradual para o trabalho livre, preservou-se a compulsoriedade do trabalho cativo e não se alterou substancialmente a relação senhor-escravo.[28]

Mesmo entre os maiores plantéis, são visíveis os impactos da reprodução natural, como no caso do Alferes Francisco Vieira de Azeredo Coutinho. Em 1840, já encontramos registros de filhos de seus escravos. Com a sua morte em 1860, a esposa, D. Escolástica Maria de Aguiar, inventariou 35 escravos, cuja distribuição por grandes faixas etárias apresentamos na Tabela 10.

27 BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livro de Registro de Batismos, 1871-1882; BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros: Maço 81, Inventário de Margarida da Fonceca Ruas, 1865; Maço 81, Inventário de Martiniano da Silva Maia, 1882.

28 Não discutiremos aqui o papel e o impacto da Lei do Ventre Livre na transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. A este respeito, veja, dentre outros: GEBARA, 1986; CARVALHO, 1988, esp. p.50-83.

Vejamos, primeiramente, o caso do lavrador José Gomes da Silva. Em 1832, aos 35 anos, ele e a esposa figuraram na lista nominativa apenas com o crioulo Luiz, de 15 anos. Entre 1838 e 1847, sua escrava Claudina deu à luz 5 crianças. Em 1847, quando da morte da esposa, o lavrador, já com 50 anos de idade, descreveu como seus Claudina, com 33 anos, e seus 4 filhos. Além deles, havia 4 crianças, certamente filhas do próprio plantel, e algumas delas provavelmente filhos de Claudina. Havia, ainda, Luiz, de 26 anos, talvez o mesmo de 1832.

Em menos de duas décadas, portanto, passou-se de um plantel unitário, composto de um jovem do sexo masculino, para outro de conformação demográfica absolutamente distinta, com o predomínio absoluto de crianças e o equilíbrio de sexos. Graças à reprodução natural, este senhor pôde contar com um plantel renovado recorrendo muito pouco ao mercado de cativos.[25]

Trajetória semelhante foi observada com Domingos José Gonçalves. Entre 1816 e 1823, sua escrava Maria, crioula, teve quatro filhos. Na lista nominativa de 1832, este negociante, então com 48 anos de idade, junto com sua esposa, D. Antonia, de 36 anos, apareceu com a escrava Maria e dois de seus filhos, Modesta e Sebastião. Não estavam as outras duas filhas de Maria. Além destes havia ainda dois crioulos, Salvador e Miguel. Entre 1838 e 1843, a mesma Modesta, filha de Maria, deu à luz 5 crianças.

O enorme impacto da reprodução natural em seu interior não deixa dúvidas quanto à estratégia de manutenção e aumento do plantel adotado pelos proprietários. Pelo que podemos ver em 1832, provavelmente este senhor comprou apenas três escravos, com os nascimentos do próprio plantel garantindo a sua continuidade. Por outro lado, podemos ver a sucessão de gerações ao longo da vida do plantel na figura da escrava Maria e seus descendentes. Dando à luz Modesta em 1816, esta tem 5 filhos entre 1838 e 1843.[26]

Também para a segunda metade do século XIX, encontramos a reprodução natural conjugada às compras de novos escravos como estratégia de manutenção e expansão do plantel. É importante lembrarmos que, a partir de 1850, cessa o tráfego internacional de cativos. Por outro lado, após 1871, os filhos de escravas seriam considerados livres, constituindo o grupo das "crias de ventre livre".

25 BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06; BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livro de Registro de Batismos, 1837-1848; BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros, Maço 03, Inventário de Ana Joaquina de Jesus, 1847.

26 BRASIL, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06; BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livros de Registros de Batismos, 1815-1823, 1837-1848.

Assim, em 1865, o senhor Martiniano da Silva Maia, por ocasião da morte de sua primeira mulher, deu a descrever 4 escravos, sendo um jovem, duas jovens (Joana e Marcelina) e uma criança. Entre 1871 e 1881, as duas jovens tiveram 6 filhos, além de 4 nascimentos de duas outras de suas escravas. Quando, em 1882, morreu o próprio Martiniano, foram inventariados 11 cativos e 5 "crias do ventre livre". Joana, Marcelina e seus filhos agregavam 11 destes indivíduos.[27]

Mesmo num contexto em que os nascimentos não representariam aumento do número de cativos, este plantel conheceu um grande número de nascimentos. Eram filhos de escravas que vinham desde a década de 1860 (Joana e Marcelina), além de outras incorporadas posteriormente (Tomásia e Geralda). Estas escravas, por sua vez, continuavam a fazer parte do grupo até o novo inventário, em 1882.

A Lei do Ventre Livre não provocou mudanças nas estratégias senhoriais devido ao seu próprio espírito. Ao subordinar o filho da escrava ao seu senhor até a idade de 21 anos, numa fórmula de transição gradual para o trabalho livre, preservou-se a compulsoriedade do trabalho cativo e não se alterou substancialmente a relação senhor-escravo.[28]

Mesmo entre os maiores plantéis, são visíveis os impactos da reprodução natural, como no caso do Alferes Francisco Vieira de Azeredo Coutinho. Em 1840, já encontramos registros de filhos de seus escravos. Com a sua morte em 1860, a esposa, D. Escolástica Maria de Aguiar, inventariou 35 escravos, cuja distribuição por grandes faixas etárias apresentamos na Tabela 10.

27 BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livro de Registro de Batismos, 1871-1882; BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros: Maço 81, Inventário de Margarida da Fonceca Ruas, 1865; Maço 81, Inventário de Martiniano da Silva Maia, 1882.

28 Não discutiremos aqui o papel e o impacto da Lei do Ventre Livre na transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. A este respeito, veja, dentre outros: GEBARA, 1986; CARVALHO, 1988, esp. p.50-83.

Tabela 10: Escravos do Alferes Francisco Vieira de Azeredo Coutinho, 1860.

	Crianças (0-14)	Jovens (15-29)	Adultos (30-49)	Velhos (50 +)	Total
Homens	5	8	4	3	20
Mulheres	6	6	1	2	15
Total	11	14	5	5	35

Fonte: BRASIL. Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros. Maço 37, Inventário de Francisco Vieira de Azeredo Coutinho, 1860.

Cinco anos depois, em 1865, a própria D. Escolástica Maria de Aguiar veio a falecer. Seu novo marido, o Capitão Antonio Vieira Montes Claros, arrolou 21 escravos entre seus bens (Tabela 11).

Tabela 11: Escravos do Capitão Antônio Vieira Montes Claros, 1865.

	Crianças (0-14)	Jovens (15-29)	Adultos (30-49)	Velhos (50 +)	Total
Homens	3	2	2	3	10
Mulheres	3	4	3	1	11
Total	6	6	5	4	21

Fonte: BRASIL. Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros. Maço 29, Inventário de Escolástica Maria de Aguiar, 1865.

A partir de 1871, o Capitão Antonio Vieira Montes Claros ainda registrou seis filhos, de três de suas escravas.

É, portanto, um plantel com presença significativa de mulheres e crianças, sendo que esta participação aumenta, mesmo com as partilhas a que foi submetido. Além disso, continuam a ocorrer nascimentos mesmo após a segunda partilha.[29]

29 BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livro de Registro de Batismos, 1871-1882; BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros: Maço 37, Inventário de Francisco Vieira de Azeredo Coutinho, 1860; Maço 29, Inventário de Escolástica Maria de Aguiar, 1865.

Outro exemplo de grande plantel sofrendo o impacto da reprodução natural é o do Major Luciano Cardoso de Souza. Em 1868, quando da morte de sua esposa, o Major possuía um plantel de 29 cativos, cuja composição por sexo e idade aparece na Tabela 19.

Tabela 19 : Escravos do Major Luciano Cardoso de Souza, 1868.

	Crianças (0-14)	Jovens (15-29)	Adultos (30-49)	Velhos (50 +)	Total
Homens	6	4	0	5	15
Mulheres	4	1	5	4	14
Total	10	5	5	9	29

Fonte: BRASIL. Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros. Maço 20-28-30, Inventário de Emerenciana Maria de Aguiar, 1868.

Após a Lei do Ventre Livre, os escravos do Major Luciano tiveram 12 filhos, de quatro casais e duas mães solteiras.

Por ocasião da morte do Major Luciano, em 1887, foi feito novo inventário. O mesmo contava, então, com 21 cativos, conforme distribuição na Tabela 20.

Tabela 20 : Escravos do Major Luciano Cardoso de Souza, 1887.

	Crianças (0-14)	Jovens (15-29)	Adultos (30-49)	Velhos (50 +)	Total
Homens	0	5	5	1	11
Mulheres	0	5	3	2	10
Total	0	10	8	3	21

Fonte: BRASIL. Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros.Maço 70, Inventário de Luciano Cardoso de Souza, 1887.

Houve um decréscimo do plantel, fruto da partilha de 1868 e mesmo do avanço da idade do seu proprietário. Aparentemente, o próprio plantel envelhecera. Entretanto, o que está refletido é o fato de as crianças do plantel não poderem mais ser computadas como cativas devido à Lei do Ventre Livre, haja vista o grande número de

nascimentos entre os anos de 1872 e 1882. Além disso, o plantel achava-se repleto de casais de escravos. Seis dos 11 cativos do sexo masculino eram casados, enquanto 7 das cativas o eram, num total de 10 mulheres (uma das escravas era casada com pessoa livre), resultando em quase dois terços do plantel.[30]

Novas evidências quanto à intencionalidade do senhor no trato da reprodução natural de seus cativos podem ser encontradas nas muitas cartas de alforria registradas na vila de Montes Claros. Em 1822, Ana Gonçalves, senhora de Catarina, mestiça, diz conceder a alforria "pelos bons serviços e lealdade que da dita tenho experimentado e por me ja ter dado cinco crias e lhe ter um amor afetuoso".[31]

Em 1874, no inventário de D. Florência Maria da Conceição, casada com Manoel Joaquim de Andrade, foram arrolados dois escravos, uma escrava com mais de 30 anos e 4 filhos da cativa Josefa. Em petição de 8 de Abril de 1874, o herdeiro Manoel Severino de Andrade declarou que

> *"a escrava Josepha crioula de quarenta annos mais ou menos (...) servio de boa vontade os paes do suppt e a todos os herdeiros, pelo que no entender do Supplicante bem merece a liberdade, mais ainda por que deu seis filhos de producção, quatro dos quaes são os que figurão no inventario";*

assim, resolveu libertar a escrava na parte que lhe tocaria na herança.[32]

Neste momento, devemos discutir um ponto recorrente em autores que se mostram refratários às evidências de reprodução natural da população escrava. Trata-se do caráter anti-econômico de que se revestia este processo, já que as altas taxas de mortalidade infantil, os custos de criação destas crianças e o estorvo que significariam para o trabalho de suas mães, além da continuidade

30 BRASIL, Paróquia de Montes Claros, Livro de Registro de Batismos, 1871-1882; BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros: Maço 20-28-30, Inventário de Emerenciana Maria de Aguiar, 1868; Maço 70, Inventário de Luciano Cardoso de Souza, 1887.

31 BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros. Livro Primeiro de Notas, Folha 51.

32 BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros. Maço 38, Inventário de Florência Maria da Conceição, 1874.

do fluxo de cativos através do tráfico (internacional ou inter-provincial), o tornariam inviável. Porém, mesmo estes autores concordam que em situações especiais esta é uma estratégia possível de ser adotada pelos senhores escravistas.[33]

No caso de Montes Claros, as peculiaridades da economia regional favoreceriam a ocorrência destes processos. Entretanto, devemos notar que a decisão de lançar mão da reprodução natural passava pelo entendimento que cada senhor tinha do trabalhador escravo, sua inserção no plantel e a estratégia de seu gerenciamento. Como gerenciamento entendemos tanto o planejamento de suas atividades e suas expectativas para o futuro quanto as estratégias para controle dos cativos. Este grande número de variáveis a serem levadas em conta pelo senhor transparece na discussão mantida entre o Curador Geral de Órfãos e os partidores, no inventário feito por morte de Manoel Pereira de Andrade, em 1847. Em seu parecer sobre o mapa preliminar da partilha, o Curador afirma ser "de admirar que uma escravinha mais nova fique para um só herdeiro de maior, quando parese de rasão ficar esta para os Orphãos". Deixava claro, com isto, a preferência por crianças escravas, principalmente por parte de pessoas (os órfãos seus curatelados) que iriam usufruir mais intensamente de seu trabalho após alguns anos.

Os partidores retrucaram indignados, dizendo que "a partilha dos bens do presente Inventário, foi por elles feita, longe de toda a má fé". Para tomarem a decisão contestada, levaram em consideração

> *"Que huma Escravinha de quatro mezes, alem de não dar mais q. trabalho só principia a compensar com serviço depois de decorrido o longo espaço de dezesseis annos, esta no perigo de morrer ainda da mais simples infermidade (...); sendo preferivel a ella, huma outra Escrava de 22 annos, em que derão aos Orphaons maior parte de seu vallor".*[34]

Como se vê, entre os próprios senhores a questão era controversa e alvo de interpretações divergentes. A decisão, portanto, dava-

33 A principal defesa de um ponto de vista contrário à reprodução natural da população escrava encontra-se em Gorender, Jacob, *O escravismo colonial*, São Paulo: Ática, 1985, p. 335-69. Entretanto, este mesmo autor reconsidera a rigidez inicial de seu ponto de vista em Gorender, Jacob, *A escravidão reabilitada*, São Paulo: Ática, 1990, p. 44-69.

34 BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros. Maço 84, Inventário de Manoel Pereira de Andrade, 1847.

se muito mais ao nível de cada plantel, quando então levava-se em conta não apenas critérios estritamente econômicos, mas toda uma estratégia de preservação, expansão e controle da escravaria.

A morte do proprietário parece ter sempre causado insegurança e expectativa entre os escravos, o que certamente afetaria a possibilidade da reprodução natural. Entretanto, é facilmente constatável a sua manutenção no interior de alguns plantéis mesmo após a morte do senhor. Um exemplo disto, associado à luta pela preservação da integridade do núcleo familiar, pode ser visto no caso da escrava Angélica e seu senhor José Luiz Chaves. Em 1846, é realizado o inventário de Luiza Pereira da Silva, por seu marido José Luiz Chaves. O plantel do mesmo compunha-se de Maria, de 38 anos, Delfina, de 14 anos, e Teodoro, sem declaração da idade. No processo de partilha, o mesmo José Luiz Chaves apresenta uma petição em que afirma que "sendo citado para partilha João Pereira da Silva, casado com a herdeira Isabel, este conferio como dotte dado pela finada mulher do supp^{e} huma Escrava de nome Angélica, mas como esta Escrava não queria por maneira alguma servir ao supp^{do} por ter maltratado de pancadas, e existe outra escravinha de nome Delfina requer o Supp^{e} que nesta se inteire o supp^{do} em partilha prevalecendo como dote dado por sua finada mulher ao q^{e} não se oppoem para evitar questoens".

Em 1847, o inventariante declara que "depois do inventario [nasceu] huma cria filha da Escrava Angélica que se baptizou com o nome de Luiza que se acha com a idade de quatro mezes e meio". Em 1857, o mesmo José Luiz Chaves, devido à morte de alguns herdeiros, declara que "tocando a seis herdeiros huma Escrava de nome Angélica, idade de trinta e tantos annos a qual tendo dado alguma producção, isto he três filhos, Cyriaco - idade de sette para oito annos, João seis annos - Delfina quatro annos, o Supp^{e} como cabessa de casal, com parte na referida Escrava e assim nas producções requer a V. S. huma sob-partilha". Não sabemos como a escrava Angélica resolvia o problema de ver, a si e a seus filhos, pertencendo a seis proprietários ao mesmo tempo. Entretanto, podemos perceber claramente que ela garantiu para si condições mínimas de sobrevivência, permitindo inclusive que pudesse vir a constituir (ou expandir) sua família.[35]

35 BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros. Maço 72, Inventário de Luiza Pereira da Silva, 1846.

Outro exemplo que aponta nesta direção encontra-se no inventário de João Gomes da Silva, em 1848. Nele, apontou-se a presença de 9 escravos, sendo um homem de 26 anos, uma mulher de 33 anos e 7 crianças com menos de 10 anos de idade. Na conta de tutela dos órfãos prestada em 1855, o tutor declarou que a viúva vendera um escravinho mas que "existem mais de produção os escravos Gertrudes com a idade de quatro annos, Jacinta, com três anos e José com sete meses".[36]

Mortes sucessivas dos proprietários em um mesmo plantel podem desestruturar a família escrava e dificultar os processos de reprodução natural. Entretanto, constata-se sua ocorrência mesmo sob estas condições extremamente adversas. Podemos, dentre outros, ver o caso de José Alexandrino de Queiroz. Em 1865, é realizado o inventário de sua esposa, D. Antônia Joaquina de Oliveira, falecida em 1863. José Alexandrino contava então com 36 anos de idade. Foram arrolados os escravos: Jerônima, de 32 anos, Juliana, de 18, João, de 7, Adão, de 3, e Eva, de 4. Foram divididos entre 4 herdeiros, o mais velho com 14 anos. Em 1873, Juliana teve Antonia, sua filha legítima com Sebastião.

Em 1875, morreu Felisbina Ribeiro dos Santos, segunda esposa de José Alexandrino. O mesmo deveria ter a idade de 46 anos quando o arrolamento de seus bens apontou os seguintes cativos: Sebastião, com 56 anos, Jerônima, com 46 anos, e João, com 20. Foram divididos entre três herdeiros, o maior com 8 anos.

Em 1884, morreu o próprio José Alexandrino, com 55 anos de idade. Seu inventário, realizado no ano seguinte, indica dois escravos no plantel: Hilário, de 18 anos, e José, de 15 anos. Deixou 6 herdeiros, alguns já casados e mortos. Os sucessivos matrimônios e viuvez do proprietário levaram o pai de uma sua neta e herdeira a explicar, em uma petição, as tranferências do plantel. Assim, após a morte da primeira esposa, "a escrava Juliana, em uso e fructo, deu duas crias anteriores a lei de 18 de Setembro de 1871 - Hilário e José, existentes no acervo". Sendo avaliada em 600 mil réis, a escrava Juliana foi, posteriormente, alforriada pelo fundo de emancipação criado pela Lei do Ventre Livre. Os escravos Adão, Eva e Jerônima foram vendidos pelo inventariado, enquanto Sebastião foi também liberto pelo fundo de emancipação. Assim, os constan-

36 BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros. Maço 60, Inventário de João Gomes da Silva, 1848.

tes inventários não impediram que ao menos um núcleo familiar identificável (o de Juliana) se mantivesse unido.[37]

A nosso ver, fica claro que, do ponto de vista senhorial, a reprodução natural é uma componente que entra positivamente em seus cálculos econômicos. Muitos a adotam como estratégia única de manutenção e ampliação do plantel. Outros, mesmo lançando mão do mercado, não desprezam a sua importância. Por outro lado, parece ser um elemento importante para preservar a juventude do plantel. Finalmente, vale ressaltar que ela está presente tanto nas posses pequenas quanto nas médias, lembrando sempre que aquelas chamadas de médio porte não excedem a 20 escravos. Reprodução natural, por sua vez, parece significar também a manutenção da família escrava. Constantemente preservada, podemos observar casos de gerações que se sucedem dentro de um mesmo plantel.

Considerações Finais

Em Montes Claros, ao longo do século XIX, as peculiaridades da economia regional favoreceram a ocorrência de processos de reprodução natural das escravarias. Entretanto, devemos notar que a decisão de lançar mão da reprodução natural passava pelo entendimento que cada senhor tinha do trabalhador escravo, sua inserção no plantel e a estratégia de seu gerenciamento. Da mesma forma, outras regiões mineiras, com características semelhantes, podem ter apresentado processos similares, onde a reprodução natural positiva se integraria na paisagem dos plantéis. Assim, é necessário perceber melhor as possíveis diferenças entre as várias regiões mineiras, de modo a relativizar o peso seja do tráfico seja da reprodução natural na recomposição e/ou expansão das escravarias.

Reprodução natural, por sua vez, parece significar também a manutenção da família escrava. Constantemente preservada, vemos casos de gerações que se sucedem dentro de um mesmo plantel, trazendo à vida dos cativos nela integrados um grande fator de estabilidade. Este é um tema ainda pouco estudado para Minas Gerais e, dados os avanços obtidos para outras regiões brasileiras, merece

37 BRASIL, Cartório do Primeiro Ofício Judicial de Montes Claros: Maço 11, Inventário de Antônia Joaquina de Oliveira, 1865; Maço 33, Inventário de Felisbina Ribeiro dos Santos, 1875; Maço 48, José Alexandrino de Queiroz, 1884.

uma maior atenção dos pesquisadores. Os achados que apontam para a existência e preservação da família escrava entre os cativos brasileiros lançam novas luzes sobre este segmento da população e abre novas perspectivas que permitem compreender melhor sua inserção na sociedade brasileira como um todo.

Bibliografia

ANDRADE, Rômulo - 1990. Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (século XIX). **V Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. p. 53-84.

BOTELHO, Tarcísio R. - 1994. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. São Paulo: USP. (Diss. Mestrado)

CARVALHO, José Murilo de - 1988. **Teatro de sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice, Rio de Janeiro: IUPERJ.

CELTON, Dora E., VALLESPINOS, Horácio - 1989. Fecundidad de las esclavas en la Cordoba colonial. *Paper* apresentado no **Congresso sobre História da População da América Latina**. Ouro Preto (Belo Horizonte).

GEBARA, Ademir - 1986. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense.

GORENDER, J. - 1985. **O escravismo colonial**. 4 ed.. São Paulo: Atica.

GORENDER, J.- 1990. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Atica.

GUTIÉRREZ, Horácio - 1987. Demografia escrava numa economia não-exportadora, Paraná: 1800-1830. **Estudos Econômicos**. São Paulo. 17(20):297-314, mai./ago..

GUTIÉRREZ, Horácio - 1988. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 8(16):161-188, mar./ago..

HIGMAN, Barry - 1977. **Slave population and economy in Jamaica, 1807-1834**. New York: Cambridge University Press.

LUNA, Francisco Vidal, CANO, Wilson - 1983. Economia escravista em Minas Gerais. **Cadernos IFCH - UNICAMP Nº 10**. Campinas, out..

MARTINS, Maria do Carmo S. - 1990. Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em

1833-35. **VI Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. p.13-29.

MARTINS, Roberto B. - 1982. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Texto para Discussão N. 10**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG.

MARTINS, Roberto B. - 1994. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. **Texto para Discussão N. 70**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG.

MATA-MACHADO, Bernardo - 1991. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

PAIVA, Clotilde A., CARVALHO, José Alberto M. de, LEITE, V. da M. - 1990. Demografia. *In*: IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE.

PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas C. - 1993. A middle path: slavery and natural increase in Nineteenth-century Minas Gerais. **Latin American Population History Bulletin**. Minneapolis (MN). 23:2-15, spring.

PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas C., GRIMALDI, Márcia - 1988. Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto. **IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. p. 11-32.

PRADO, Bárbara Brandão de Almeida - 1989. População escrava no município de São Carlos (1856-1887). *Paper* apresentado no **Congresso sobre História da População da América Latina**. Ouro Preto (Belo Horizonte).

SCHWARTZ, Stuart - 1988. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: CNPq.

SLENES, Robert - 1985. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos do IFCH - UNICAMP Nº 17**. Campinas. jun.

População e Família – São Paulo – vol. 1, nº 1, p. 235-260, jan./jun. 1998.

DEMOGRAFIA E LAÇOS DE PARENTESCO NA POPULAÇÃO ESCRAVA MINEIRA: MARIANA 1750-1850

Carla Maria C. de Almeida[1]

Já vai longe o tempo em que o modelo de escravidão brasileira descrito por Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala e seguido por décadas por várias gerações de historiadores, era consensual. Fazia parte da historiografia sobre a escravidão a idéia do Brasil como área de grandes *plantations* concentradoras de enormes plantéis de escravos. Muitos estudos foram realizados neste meio tempo e permitiram consideráveis avanços quando se trata de compreender melhor os complexos mecanismos de funcionamento da economia colonial. Nesse sentido, a noção da predominância de grandes propriedades escravistas no Brasil vem sendo relativizada, principalmente quando comparada com os padrões de posse que existiram nas ilhas caribenhas, por exemplo.

Ademais, paralelamente à estas investigações tem-se descortinado uma grande complexidade de fenômenos intervenientes na conformação do escravismo moderno. Dentre estes se destaca a questão da família escrava. Este artigo pretende ser uma pequena investigação sobre a dinâmica da família escrava procurando entendê-la à luz da estrutura econômica da região. Já não se trata de provar a existência de relações de parentesco entre a população cativa, mas sim, de entender que fatores favoreceram ou dificultaram a formação destes mesmos laços.

Tomaremos para a análise o termo de Mariana – um dos principais distritos de Minas no período áureo da mineração –, no período de 1750 a 1850. As fontes privilegiadas foram os inventários post-mortem. Levantamos todos os inventários existentes nos cartórios de I e II ofícios existentes para os anos terminados em zero dentro da nossa periodização. Com isto, estaremos trabalhando com uma amostragem de 366 inventários que registram um total de 2942 escravos.

O marco temporal de 1750 a 1850 foi escolhido por abarcar o momento de auge minerador e também o período considerado pela

1 Professora assistente da Universidade Federal de Juiz de Fora e doutoranda pela Universidade Federal Fluminense.